

Ensino de literatura – crítica, teoria e história

Teaching literature – criticism, theory and history

Helena Bonito Couto Pereira¹

RESUMO: A partir de breve retomada da história dos cursos de graduação em Letras no Brasil, este artigo tem por objetivo discutir as circunstâncias da consolidação dos estudos literários na universidade. Estão no centro dessa discussão as características de duas modalidades de crítica literária. A primeira delas, conhecida como impressionista, era publicada nos rodapés de jornais nas primeiras décadas do século passado. A segunda, conhecida como crítica “de cátedra” (Rocha, 2011), ganhou corpo após a criação dos cursos de Letras, quando docentes universitários, então chamados de “catedráticos”, passaram a publicar textos críticos com base em novas teorias, quase sempre assimiladas ou adaptadas do pensamento irradiado por outros países, como o *new criticism*, de origem norte-americana, ou mais tarde o estruturalismo, de origem europeia. Métodos e abordagens situavam-se em campos antagônicos, fato que se modificou, mas não se extinguiu. Em diferentes configurações, embates entre posturas antagônicas – por exemplo, entre a que privilegia componentes artísticos e a que supervaloriza componentes ideológicos – persistem até o presente, refletindo-se na pesquisa e no ensino de literatura.

Palavras-chave: Ensino de literatura; teoria literária; crítica literária.

ABSTRACT: From a brief resume of the History of Language and Literature graduate courses in Brazil, this article aims to discuss the circumstances of the consolidation of Literature studies at university. There are in the center of this issue the features of two modes of literary criticism. The first, known as Impressionistic criticism, was published in the footers of newspapers in the early decades of the last century. The second one, known as academic criticism (Rock, 2011), gained momentum after the creation of Language and Literature courses, when the academics, so called “cathedratic professors”, began publishing critical texts based on new theories, often assimilated or adapted from the thought spread by other countries, such as New Criticism, from the United States, or the later Structuralism, from European origins. Methods and approaches were situated in warring fields, a fact that has been modified but not extinguished. In different settings, debate between antagonistic postures as, for example, between the one that favors artistic components and the one that overvalues ideological components, persist to the present, reflecting on the research and teaching of Literature.

¹ Doutora em Letras (Língua e Literatura Francesa) pela Universidade de São Paulo (1995). Fez estágio pós-doutoral na Universidade da Califórnia em Riverside (2006). É docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, instituição em que desempenha a função de Decano (Pró-Reitora) de Pós-Graduação e Pesquisa. Coordena o Grupo de Pesquisa "Literatura no contexto pós-moderno" na UPM. Filiada à ABRALIC - Associação Brasileira de Literatura Comparada; à ICLA - International Comparative Literature Association; à AIL - Associação Internacional de Lusitanistas. Representa a UPM junto à ABEU - Associação Brasileira de Editoras Universitárias. E-mail: helenabcp@yahoo.com.br

Keywords: Literature teaching; literary theory; literary criticism.

A LITERATURA NA GRADE CURRICULAR EM LETRAS

A literatura constitui uma das linhas de força nos cursos de graduação em Letras desde que o ensino universitário consolidou-se, em meados dos anos 40 do século passado, sempre fazendo parte da formação do alunado, mesmo em grades curriculares diferentes umas das outras. Empregar o termo *literatura* no singular não deixa de ser um exercício metonímico, por se tratar de um conjunto formado pelas literaturas portuguesa e brasileira e pelas literaturas estrangeiras relacionadas a outras línguas em estudo. No caso destas, quase sempre estudam-se as literaturas inglesa e norte-americana e as literaturas espanhola e hispano-americana, sendo em número reduzido, hoje, os cursos de graduação em francês, italiano, alemão, grego, hebraico, e suas respectivas literaturas. Mais raramente, no âmbito da língua portuguesa, pode haver cursos de Letras com disciplinas sobre as literaturas africanas, e, além dessas, eventualmente encontra-se uma disciplina de literatura infanto-juvenil.

A padronização da grade curricular em Letras teve seu primeiro movimento consistente em 1962, aprovada pelo então Conselho Federal de Educação, com o objetivo de eliminar excessos. Até então era possível habilitar-se, segundo Paiva (2005, p. 347) em duas a cinco línguas estrangeiras e respectivas literaturas no mesmo curso de graduação. Tudo indica que, na prática, os resultados de um leque tão variado poderiam ser duvidosos, ou mesmo desastrosos. Durante alguns anos permitiu-se a tripla licenciatura, até porque muitos dos cursos de Letras ofereciam opções como Letras Anglo-Germânicas, Letras Neolatinas ou Letras Clássicas. Diferentes combinações podiam ocorrer, como, em Neolatinas, francês e italiano, ou latim e francês, ou italiano e espanhol. Com a promulgação da Lei de Diretrizes de Base (LDB) de 5692/1971, estabeleceu-se a licenciatura em língua portuguesa e uma língua estrangeira e suas respectivas literaturas. Esse ainda é o modelo mais frequente nascente de cursos de Letras no país, embora mudanças no contexto estejam levando a um leque de bacharelados e licenciaturas com espaços ora ampliados, ora reduzidos, para os estudos literários.

O estudo de literatura, nacional ou estrangeira, depende do domínio de um instrumental teórico mínimo, para assegurar a aquisição de conceitos que levem à apreciação dos textos literários em bases sólidas. Sem negar a prioridade que merece o texto literário como artefato

artístico, uma contextualização histórico-cultural impõe-se como necessária à apreensão dos vínculos entre cada texto e sua circunstância. O conhecimento de uma literatura estrangeira depende, para alcançar êxito, do estudo da cultura dos povos em que esta floresceu, bem como do domínio do idioma suficiente para a decodificação de metáfora, ironia, polissemia, enfim, das possibilidades oferecidas em um texto que tem em sua essência a abertura para múltiplas conotações.

O instrumental teórico tem por função evitar o que genericamente se designa como “crítica impressionista”. Por essa razão, a disciplina ora denominada teoria literária, ora introdução aos estudos literários, passou a fazer parte dos currículos de Letras, sendo complementada, eventualmente, por disciplinas como literatura comparada ou crítica literária.

Nas palavras de Eduardo Portella, “a teoria literária é o núcleo e implementa, crítica e metodologicamente, todo o sistema de ensino das literaturas. Nenhuma literatura particular, no seu modo de produção universal, pode ser estudada e ensinada sem o necessário suporte teórico” (PORTELLA, 1979, p. 7).

Hoje parece haver consenso quanto aos conhecimentos sistematizados que devem preceder o estudo das literaturas nacionais, porém esse consenso construiu-se aos poucos, não sem dificuldades e polêmicas, como se comenta adiante. A inegável tradição bacharelesca que permeou durante séculos as ciências humanas e sociais em nosso país, modelando seus discursos. Por essa razão o ensino, calcado em construções discursivas pomposas e vazias, pode ter sido uma das causas do que se definiu como crítica impressionista, ou seja, fundamentada apenas em impressões de leitura. A aquisição de instrumentais teóricos, por sua vez, não aconteceu sem equívocos, recorrentes, aliás, até nossos dias, pois a possibilidade de teorizar sobre qualquer tema depende de enraizamento em pressupostos ideológicos e de um lastro na tradição, sendo esta última assimilada na íntegra, modificada ou mesmo contestada. Por outro lado, quando a teorização se impõe em excesso, o texto literário propriamente dito reduz-se a um pretexto para longas demonstrações de validade dos pressupostos de uma ou outra corrente crítica. Essa instrumentalização, própria do ambiente universitário, contribuiu decisivamente para a existência, hoje, de abordagens mais sistemáticas, centradas no texto literário. Não é raro observar-se a ocorrência de exageros por parte de professores universitários que compreendem a crítica literária como um campo hermético, cujos termos e expressões devem ser empregados de forma falsamente erudita, situando-se além do alcance do público acadêmico ou do leitor médio.

ESPAÇOS DA LITERATURA NOS CURSOS DE LETRAS

O ensino superior instalou-se no Brasil nos primórdios do século XIX, tendo sido ministrado, inicialmente, em Faculdades isoladas, a partir de 1827, com a implantação da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo. Aos poucos surgiram novos cursos universitários em outras cidades, inicialmente isolados, depois concentrados em unidades de pequena abrangência em termos de áreas do conhecimento. Decorreria mais de um século até que, na década de 1930, fossem criadas as primeiras universidades propriamente ditas, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), então denominada Universidade do Brasil, e a Universidade de São Paulo (USP), que reuniam faculdades e cursos existentes isoladamente.

A título de comparação, em pleno século XII já existiam as universidades de Bolonha (Itália), Oxford (Inglaterra) e Paris (França). Na esfera lusitana, a Universidade de Coimbra foi criada por decreto do rei D. Dinis em 1290. Entre as nações colonizadas da América, são consideradas mais antigas a Universidade de São Tomás de Aquino em São Domingos (na atual República Dominicana) e a Universidade Nacional de São Marcos, em Lima (Peru). Apesar das controvérsias sobre qual seria, efetivamente, a primeira universidade no continente, ambas foram fundadas em pleno século XVI.

Uma das primeiras universidades criadas no Brasil, a USP tinha entre as suas unidades acadêmicas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, denominação que passou a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas nos anos setenta. De início, o curso de Letras proporcionava uma formação que se pode definir como generalizante. Talvez a proximidade com as demais áreas dentro da unidade universitária tenha tornado mais difícil, mesmo para renomados pesquisadores que lecionaram em Letras, trabalhar diretamente com as especificidades próprias da área de língua e literatura, para não mencionar a linguística, que só conquistaria seu espaço décadas mais tarde.

A consolidação dos estudos literários com base teórica adequada, de acordo com Rocha (2011) resultou do empenho de Afrânio Coutinho, que empreendeu uma verdadeira cruzada pela institucionalização da teoria literária no Brasil. Em *Crítica literária – em busca do tempo perdido?*, Rocha recupera esse período, retomando com farta documentação a grande polêmica entre Coutinho e o crítico Álvaro Lins. Até os anos 40, exercia-se a crítica literária

exclusivamente nos jornais, no espaço conhecido como “rodapé”, e ao final daquela década, com o ensino formal de literatura, nasceu “o dilema entre a cátedra e o rodapé, ou seja, entre universidade e imprensa” (ROCHA, 2011, p. 163).

Os requisitos para que alguém se tornasse crítico literário nunca foram rigorosamente definidos, nem poderiam sê-lo, sobretudo para exercer a crítica na imprensa periódica, em veículos para o grande público. Não seria cabível exigir formação acadêmica para o exercício da crítica, até porque os críticos nos jornais tiveram especial relevância na divulgação de lançamentos de livros, em que pesem alguns grandes equívocos em meio a muitos acertos. Em meados do século passado, dentre os nomes de destaque da crítica acadêmica, como a entendemos e praticamos hoje, dificilmente se encontram bacharéis em Letras. Afrânio Coutinho era médico de formação, tendo sido professor no curso de História Moderna em faculdades de Filosofia, na Bahia e posteriormente no Rio de Janeiro; Antonio Candido graduou-se em Ciências Sociais; Wilson Martins e Luiz Costa Lima cursaram a faculdade de Direito, sendo possível mencionar igualmente estudiosos da língua, como Mattoso Câmara, formado em Arquitetura, de acordo com registro de Rocha (2011).

Até meados do século XX, o ensino de literatura nos poucos cursos de Letras reduzia-se a estudos de textos da tradição, a exemplo do que acontecia no ensino em geral. A introdução de novos conceitos e métodos deve-se, em boa parte, à persistência e às iniciativas de Afrânio Coutinho, quando de seu retorno ao Brasil, após permanência de cinco anos no ambiente universitário norte-americano. O crítico brasileiro adotou e preconizou o “arsenal teórico” constante da obra referencial de René Wellek e Austin Warren, *Teoria da literatura*, publicada em 1942, porém a inclusão da disciplina nos currículos de Letras só ocorreu nos anos 60. Roberto Acízelo (1996, p. 19) comenta que a partir dessa obra o termo se difundiu e, aos poucos, passou a denominar a disciplina que investiga a literatura. Resolveu-se dessa forma uma imprecisão, pois antes esse conteúdo podia fazer parte de disciplinas como poética, ciência da literatura, estética, retórica.

A superação do dilema “cátedra x rodapé” ocorreu lentamente, e seu legado é bastante discutível, do ponto de vista da disseminação da leitura de ficção e poesia entre nós. A crítica literária em periódicos havia sobrevivido durante décadas, em paralelo ao crescimento da crítica acadêmica, em suplementos literários, cadernos de cultura e uma ou outra revista especializada. Em tempos recentes verifica-se o quase desaparecimento de crítica literária nos jornais, a

redução do número de leitores e do mercado de materiais impressos, ficcionais, críticos e de todo tipo. Isso não significa que a crítica tenha sobrevivido apenas entre os muros da universidade, pois surgiram outras formas de manifestação, como os blogues, que se mantêm em atividade e contribuem para o surgimento de novos escritores e para a consolidação de suas carreiras.

Em que consiste, afinal, a crítica de cátedra? No período de institucionalização da vida universitária entre nós, as cátedras foram instituídas como postos a que docentes chegavam por meio de concursos públicos e nos quais se tornavam titulares, ou seja, catedráticos. Sucessivas reformas ou novas normativas no âmbito do ensino superior resultaram em um arranjo diferente, em que houve a supressão das cátedras e sua substituição pelos departamentos. Diversos fatores contribuíram para o desaparecimento dos impasses entre a “crítica de cátedra”, compreendida como expressão de juízo crítico elaborada por alguém apoiado em fundamentação teórica compatível com a tarefa, e a “crítica de rodapé”, resultante de uma prática vinculada a conhecimentos generalizantes (o que não permite rotulá-los simplesmente de superficiais), mas também fundamentada em Ciências Humanas. A crítica literária concentrada nos departamentos universitários trouxe bons resultados, em forma de teses e estudos do maior interesse que se multiplicaram rapidamente. Por outro lado, como observa Rocha, em algumas ocasiões a crítica resvalou para o erro oposto ao da falta de fundamentação, ou seja, revestiu-se de exageros:

É indispensável reconhecer a contribuição decisiva do ensino universitário para o desenvolvimento de uma abordagem mais sistemática do ‘fato literário’, como se dizia na época dourada dos anos 60 e 70. É irrelevante [...] a recorrente crítica à linguagem ‘hermética’ dos professores universitários. [...]
O problema não se refere à especialização da linguagem do professor, pois, se não tivesse aprendido um instrumental específico, como justificar a existência de cursos universitários de Letras? Sem dúvida, certos professores redigem textos impenetráveis, e não por que sejam complexos, mas simplesmente por serem mal escritos (ROCHA, 2011, p. 243).

O exibicionismo pueril de alguns docentes não foi o único fator prejudicial ao exercício crítico nos cursos de Letras. A consagração de determinada corrente teórica, sempre originária de outros países, costuma congrega um número significativo de adeptos e, em igual ou menor proporção, de detratores. Os embates sempre têm, no fundo, duas posições antagônicas (embora possam ser complementares) em face do texto, como observou Luiz Costa Lima nos anos 70, ao afirmar que, em literatura,

...as linhas que hoje se formulam, de acordo com a posição de seus agentes, são *esteticismo* (ou análise imanente do texto), quando o agente abraça ou propende para uma visão politicamente absenteísta ou conservadora e *ideologismo* (ou concepção casualista da obra literária), quando o agente propende ou abraça uma visão renovadora. Em qualquer dos casos, os protótipos autorizados são figuras internacionalmente bem sentadas – hoje, Barthes e Greimas, Lukács e Bourdieu, respectivamente, por exemplo (COSTA LIMA, 1981, p. 25).

A “linguagem ‘hermética’ dos professores universitários” a que se refere Rocha vincula-se exatamente à adesão a determinada corrente do pensamento, sobretudo quando essa é uma novidade recém-importada. A adesão apressada pode resultar em grandes equívocos, como o de se superdimensionar apenas um aspecto – o estético ou o ideológico –, levando a crítica ao extremo de desconsiderar totalmente uma das faces do fenômeno literário. A imposição de um estruturalismo mal assimilado pelos meios acadêmicos brasileiros, nos anos 70, pode ser um bom exemplo desse equívoco.

LITERATURA PROPRIAMENTE DITA

Desenvolvido após o curso introdutório, o ensino de cada literatura adota, quase sempre, a perspectivada história literária, o que acaba por acarretar algumas distorções, sendo a mais grave delas o pouco destaque concedido à literatura contemporânea e aos seus vínculos com as mídias. Estudando apenas os autores canônicos, todos dos séculos anteriores, os concluintes de Letras correm o risco de conceber literatura como algo que aconteceu durante séculos, alcançou o apogeu e encerrou-se no passado. Escritores relevantes como Machado de Assis, ou episódios como o modernismo associado às vanguardas no início do século XX, por exemplo, acabam por obscurecer o restante da produção literária nacional. Além disso, e talvez em razão da perspectiva histórica, o *corpus* selecionado inclui textos cuja inserção no campo literário pode ser bastante discutível, como prosa doutrinária ou ensaística, por exemplo. É imperioso reconhecer a relevância da história literária como formadora do cânone, repositório da fortuna crítica dos autores mais significativos de cada período e solo propício à construção de conhecimentos relacionados à formação das literaturas nacionais. Isso não significa, todavia, que seja esta a única via de acesso ao estudo de literatura.

As variações no conceito de literatura ao longo dos séculos, ou melhor, a impossibilidade de fixar conceitos independentes de tempo e lugar, está na raiz das dificuldades enfrentadas pelos

docentes e pesquisadores da área no estabelecimento e na organização dos conteúdos curriculares. Em ciências humanas e letras, todo e qualquer conhecimento formula-se a partir de determinada posição, não existe saber ideologicamente neutro. Dessa forma, para definir um conteúdo literário é preciso posicionar-se em relação à determinada corrente estética e ideológica. Significa também privilegiar autores e obras, afirmando-os indiretamente como melhores ou mais importantes do que os não selecionados. Além disso, a carga horária em literatura variou consideravelmente nos últimos decênios, tendendo para uma redução drástica que hoje se mostra irreversível. Tal fato decorre, em parte, do esvaziamento de conteúdos literários no Ensino Médio, resultante mais de um Ensino Fundamental cheio de lacunas do que da indução indireta, por parte do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no sentido de se reduzir a níveis irrisórios a exigência de conteúdos literários.

O estudo de literatura cada vez menos pode limitar-se a autores e obras, ou a meros contextos histórico-culturais que funcionam como pano de fundo para que se destaquem obras, pois a sociedade do conhecimento eletrônico e midiático exige ser reconhecida, impõe-se diante do professor de literatura. Compreende-se, portanto, que qualquer padronização de conteúdo se mostre inviável.

Se nos anos 40 as disciplinas de literatura predominavam nos cursos de Letras, diversas circunstâncias concorrem hoje para que se verifique a situação inversa. O incremento da carga horária dedicada a estágios e atividades complementares, definidos por força de legislação do Ministério da Educação (MEC), embora apresente a vantagem de criar mais oportunidades para a construção do conhecimento, resente-se, em contrapartida, da falta de tempo para o aprofundamento e a consolidação de conhecimentos relacionados à área. Reduz-se o tempo para leitura, e alunos desavisados às vezes a substituem por simplificações grosseiras, como resumos e sínteses que se encontram na internet. O prejuízo à formação literária resulta de diversos fatores, como a redução dos cursos para três anos de duração, necessidade de tempo muito maior para o ensino de línguas, dado que a formação no Ensino Médio deixa muito a desejar.

Uma discussão instigante em torno da conceituação em estudos literários encontra-se em *O demônio da teoria* (Compagnon, 2012), texto-base das considerações a seguir. Compagnon disserta sobre o panorama da literatura francesa, referindo-se a outras literaturas apenas para discutir correntes literárias que se tornaram predominantes ao longo dos séculos XIX e XX. Faz-se neste texto, na medida das compatibilidades, um paralelo com a literatura brasileira, no intuito

de enriquecer o debate sobre a situação atual dos estudos literários, neste momento de grandes mudanças no que se refere à divulgação de textos, inclusive os poéticos e ficcionais.

As manifestações do pensamento em ciências humanas e sociais marcam-se pela inexistência de conceitos fixos ou imutáveis. Vale o mesmo para o conceito de literatura, cuja instabilidade pode-se reconhecer com clareza; apenas uma visão extremamente ingênua (embora ainda difundida entre nós) imagina que seja possível ater-se a um conceito imutável para a literatura. Arelada a sucessivos movimentos filosóficos, estéticos, sociais e culturais, a literatura sempre lhes correspondeu indiretamente, como observou Barthes:

A literatura faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso. Por um lado, ele permite designar saberes possíveis – insuspeitos, irrealizados: a literatura trabalha nos interstícios da ciência: ela está sempre atrasada ou adiantada com relação a esta, semelhante à pedra de Bolonha, que irradia de noite o que aprovisionou durante o dia, e por esse fulgor indireto ilumina o dia que chega (BARTHES, 1980, p. 18).

Inseridos no tempo presente e no espaço de reflexão sobre o ensino de literatura, devemos fixar uma conceituação que, embora provisória, dê conta deste momento. Segundo Compagnon (2012, p. 29) a definição de literatura começa pelo seu objeto: o texto literário. A distinção entre o que caracteriza um texto como literário ou não literário é o ponto de partida.

Os estudos dos textos literários mostram-nos como estes são comprimidos entre duas abordagens: uma histórica, em sentido amplo, em que o texto é um documento, depositário da memória cultural, e outra linguística, em que o texto é compreendido como um artefato de linguagem. À primeira abordagem vinculam-se as tendências de fundo ideológico ou sociológico, ao passo que a outra concebe a literatura como conjunto de efeitos estéticos ou artísticos. Cumpre acrescentar, exatamente como apontado por Luiz C. Lima neste mesmo trabalho.

O texto literário, cunhado em duas faces como uma moeda, deve ser observado também no variado leque de suas dimensões. É ainda Compagnon que pergunta: o que cabe e o que não cabe sob o rótulo de literatura? (*id.*, p. 31). Mesmo que se deixe de lado um dos extremos – o que considera como literatura tudo o que está impresso, ou o que se refere a determinado campo do conhecimento, como a literatura médica ou a esportiva, existe uma tradição de literatura oral que extrapola o campo e desafia essa demarcação simplista. Ao longo dos séculos, literatura

associou-se a “belas letras”, incluindo poemas, novelas e outras formas de ficção, e ainda história, retórica e outras áreas do conhecimento. Isso ocorreu também no Brasil, ao longo da história literária. Basta mencionar a prosa doutrinária de Antônio Vieira, José de Anchieta e outros pensadores do período colonial, quase todos ligados ao clero, ou a Carta de Pero Vaz de Caminha, considerada, por diversos historiadores da literatura, como documento inicial da nossa atividade literária.

Todo o período clássico, que se estendeu até o final do século XVIII, marcou-se por um sentido restrito, pois a obra literária deveria obedecer a padrões rígidos. Esse padrão foi adotado na perspectiva da herança greco-latina, não só nas letras como também na pintura, escultura e demais artes. Nas letras ibéricas, Camões, que imitava – e essa era a função da arte, imitar os antigos – as epopeias da Antiguidade, tornou-se, por sua vez, modelo das numerosas epopeias, representadas na literatura pela *Prosopopeia*, de Bento Teixeira, poema que é considerado por alguns historiadores o texto inaugural de nossa literatura, e por *O Uruguai*, de Basílio da Gama e *Caramuru*, de Santa Rita Durão. É importante observar que, nesse mesmo período, a indistinção entre textos literários e textos retóricos, por exemplo, assegurou a inclusão da prosa filosófica de Blaise Pascal ou René Descartes na literatura francesa, e dos *Sermões* do Padre Antônio Vieira na brasileira.

É inegável a existência de relações entre os movimentos filosóficos, sociológicos ou artísticos, ou seja, entre o pensamento predominante em cada época, e as obras referenciais de história da literatura brasileira. Os historiadores da literatura inscrevem-se em seu próprio tempo, nas contingências de sua formação e em conformidade com sua ideologia. As obras mais significativas, sistematizadas desse modo, encontram lugar no ensino de Letras e ajudam a moldar seus conteúdos.

Os textos inaugurais da nossa história literária surgiram no início do séc. XIX, quando até o conceito de literatura brasileira independente da literatura portuguesa era fortemente questionado. As obras desse período contribuíram para a substituição do neoclassicismo e para a inserção de temas da nova pátria, como o indianismo. Foi apenas com o advento do romantismo que a literatura conquistou liberdades formais e pôde delimitar seu próprio campo, que passou a incluir quase exclusivamente prosa ficcional, poesia e teatro, compreendidos em seus vínculos com a história e com a nação. Todo o processo de formação da nossa literatura foi

magistralmente interpretado por Candido, nos dois volumes da *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos*.

Na passagem para o século XX, outro era o debate, resultante do posicionamento autoritário e polêmico do positivista Sílvio Romero, autor da *História da Literatura Brasileira* publicada em 1888 (Candido, 1975). Como se observou neste estudo, conquanto não houvesse cursos de Letras, a literatura estava presente em alguns cursos, como o de Direito, consagrando-se como tema presente nos debates da intelectualidade da época. Na primeira metade do século passado, verificam-se escassas publicações em historiografia literária, permanecendo, ao lado da obra de Romero, a *História da literatura brasileira*, de José Veríssimo, e posteriormente a obra homônima de Ronald de Carvalho.

Ao passo que se consolidava o ensino de letras, a partir dos anos 50, surgiram obras historiográficas que compuseram a trajetória dos autores e textos literários brasileiros desde o descobrimento. Além da *Formação da literatura brasileira*, de Candido, teve papel fundamental a publicação de *A literatura no Brasil*, em seis volumes. Organizada por Afrânio Coutinho, responsável pela criação da teoria literária como disciplina nos cursos de Letras, essa coleção tem o propósito de estudar o objeto literário do ponto de vista estético, em consonância com o *new criticism* então em voga nos Estados Unidos. Essa tendência estabeleceu-se em oposição ao “impressionismo” impiedosamente combatido na polêmica entre o rodapé e a cátedra. Não por acaso, nessas duas obras contemplam-se prioritariamente as duas faces da literatura em suas ênfases. Enquanto Coutinho privilegia o estudo do texto em seus componentes estéticos, Candido adota com propriedade o enfoque sociológico, compreendendo a literatura como um sistema que não existe sem a tríade autor-obra-leitor.

Outras obras historiográficas popularizaram-se, acompanhando a multiplicação dos cursos de Letras em todo o país. Nesse sentido, o caso de maior êxito junto a professores e alunos é a *História concisa da literatura brasileira*, lançada por Alfredo Bosi em 1970. Apesar de todas as possibilidades de reprodução de texto, autorizadas ou não, essa obra, em versão atualizada, encontra-se hoje em sua 47ª edição.

A história literária contribuiu para transformar a literatura em um conjunto de obras canônicas, campo de estudo por excelência de escritores considerados notáveis ou excepcionais. Diferentemente do período clássico, em que o cânone compunha-se de modelos a serem

imitados, a partir do período romântico o cânone passou a formar-se com os textos de grandes escritores. Ora, surge um novo problema, como observa Compagnon:

Identificar a literatura com o valor literário (os grandes escritores) é, ao mesmo tempo, negar (de fato e de direito) o valor do resto dos romances, dramas e poemas, e, de modo mais geral, de outros gêneros de verso e de prosa. **Todo julgamento de valor repousa num atestado de exclusão.** Dizer que um texto é literário subentende sempre que outro não é. [...] A literatura, no sentido restrito, seria somente a literatura culta, não a literatura popular (COMPAGNON, 2012, p. 33). (grifo nosso)

Além disso, os cânones estão longe de se apresentarem como definitivos. Toda obra está sujeita aos caprichos da fortuna crítica, e o que ontem pode ter sido apreciado como obra prima em uma literatura, hoje pode estar obscurecido em razão de fatores os mais diversos. Como o sistema literário está sempre em movimento, apesar da aparente fixidez da tradição, novas obras ficcionais, poéticas ou críticas desencadeiam processos de realocação e podem modificar o sentido e o valor atribuídos às obras precedentes. Em meio a essa mobilidade deve-se manter o ensino de literatura.

REFERÊNCIAS

SOUZA, Roberto Acízelo. *Teoria da literatura*. Série Princípios, vol. 46. São Paulo: Ática, 1996.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1980.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Momentos decisivos. 2 volumes. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Literatura e senso comum. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2010.

COUTINHO, Afrânio (Dir.) *A literatura no Brasil*. 6 volumes. Rio de Janeiro: Sul-Americana, 1965.

LIMA, Luiz C. *Dispersa demanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

PAIVA, Vera L.M.O. O Novo Perfil dos Cursos de Licenciatura em Letras. In: TOMICH, et (Org.). *A interculturalidade no ensino de inglês*. Florianópolis: UFSC, 2005. p.345-363. Fonte eletrônica: <http://www.veramenezes.com/perfil.htm>. Acesso em 25/09/2012.

PORTELLA, Eduardo. “Limites ilimitados da teoria literária” in *Biblioteca Tempo Universitário*, no. 42. Rio de Janeiro: 1979.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Crítica literária em busca do tempo perdido?*. Chapecó: Argos, 2011.

SOUSA, Roberto Acízelo. *Teoria da Literatura*. Série Princípios, vol. 46. São Paulo: Ática, 2001.

WELLEK, René & WARREN, Austin. *Teoria da literatura*. 2ª ed. Col. Biblioteca Universitária. Lisboa: Europa-América, 1965.

Data de recebimento: 11/07/14

Data de aprovação: 24/11/14